

Atena  
Editora  
Ano 2021



# Educação Infantil:

Políticas, Práticas e Formação de Professoras (es)

**Dilma Antunes Silva**  
(Organizadora)



Atena  
Editora  
Ano 2021



# Educação Infantil:

Políticas, Práticas e Formação de Professoras (es)

**Dilma Antunes Silva**  
(Organizadora)



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis



Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Educação infantil: políticas, práticas e formação de professoras(es)

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Dilma Antunes Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação infantil: políticas, práticas e formação de professoras(es) / Organizadora Dilma Antunes Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-872-4  
DOI 10.22533/at.ed.724211003

1. Educação infantil. I. Silva, Dilma Antunes (Organizadora). II. Título.

CDD 370.2854

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O livro “Educação Infantil: Políticas, Práticas e Formação de Professoras/es” é uma obra construída por muitas mãos. Reúne uma coletânea de textos que tratam de temáticas presentes no cotidiano de creches e pré-escolas e que são fundamentais no processo de construção de uma agenda política prioritária à Educação Infantil brasileira.

Ao longo deste livro, você lerá relatos de pesquisa e de prática docente com/ sobre bebês e crianças bem pequenas que evidenciam sua inaudita capacidade, as potencialidades de propiciar situações brincantes que envolvem explorações sensoriais e motoras, o contato com a natureza e com materiais de largo alcance, privilegiando a construção de uma autoimagem positiva da criança, de vínculos sociais e afetivos.

O papel das educadoras e educadores é fundamental para a realização do bem viver da infância em instituições educacionais, traz como exigência o planejamento das ações pedagógicas, a organização de tempos, espaços e materiais e o desenvolvimento de uma escuta atenta e sensível aos interesses, desejos, necessidades e manifestações dos bebês e crianças bem pequenas (SILVA, 2020).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009), a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir condições e recursos para que meninos e meninas possam usufruir de seus direitos civis, humanos e sociais. Nesse sentido, oportunizar vivências éticas, estéticas e políticas implicam na inseparabilidade do ato de educar e cuidar, na humanização da rotina, na compreensão do tempo da creche e da pré-escola como um tempo de viver em coletividade; na necessária relação entre escola e família; na articulação das unidades de educação infantil com diferentes atores sociais e segmentos públicos com foco no fortalecimento de suas políticas e práticas, e como forma de reivindicação e resistência em tempos de graves retrocessos.

A ludicidade, compreendida como elemento estruturante do currículo da Educação Infantil, é abordada com diferentes enfoques: de documentos orientadores analisados com o propósito de construir uma linha do tempo em que são observados os avanços à respeito do tema; da Teoria Histórico-Cultural visando ampliar a compreensão do leitor sobre a importância da ludicidade na educação infantil; do desenho e da literatura enquanto linguagens que favorecem o conhecimento e a representação do mundo e de si mesma, enquanto criança.

As políticas públicas e seus impactos na trajetória profissional e valorização de professores e professoras de Educação Infantil, na formação inicial e continuada, bem como seus reflexos na vida das crianças, das comunidades onde estas instituições educativas estão localizadas, são discutidos à luz de diferentes referenciais e abordagens metodológicas, visando aprofundar o debate sobre a realidade educacional no país e, assim, contribuir para o reconhecimento da condição da criança como sujeito de direitos e cidadã.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

O LOBO 'TÁ' VINDO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO JOGO SIMBÓLICO E A BRINCADEIRA COM ELEMENTOS DA NATUREZA E MATERIAIS NÃO ESTRUTURADOS

Paula de Camargo Penteado

**DOI 10.22533/at.ed.7242110031**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

EXPERIÊNCIAS BRINCANTES DOS BEBÊS: SAGU E FUBÁ

Andréia Regina de Oliveira Camargo

Thaise Vieira de Araujo

Aline Cerqueira Nunes Mendes

**DOI 10.22533/at.ed.7242110032**

### **CAPÍTULO 3..... 24**

SABERES E FAZERES DA DOCÊNCIA COM BEBÊS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PLANEJAMENTO E ROTINA

Raiza Fernandes Bessa de Oliveira

Maévi Anabel Nono

**DOI 10.22533/at.ed.7242110033**

### **CAPÍTULO 4..... 37**

A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

Rayane Maria dos Santos

Maria Lenilda Caetano França

**DOI 10.22533/at.ed.7242110034**

### **CAPÍTULO 5..... 51**

TEORIA HISTÓRICO CULTURAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Edneia Felix de Matos

Lucinéia Maria Lazaretti

**DOI 10.22533/at.ed.7242110035**

### **CAPÍTULO 6..... 69**

O DESENHO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Antonio Ricardo Mesquita

Geanes de Sousa da Silva

Keilane Rufino de Sousa

Lindomar Pereira de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.7242110036**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
A UTILIZAÇÃO DA LITERATURA INFANTIL PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Ana Claudia Tenor	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7242110037</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>90</b>
O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LEITORA NA PRIMEIRA INFÂNCIA	
Monica Abud Perez de Cerqueira Luz	
Flávia Abud Luz	
Carlos Augusto França Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7242110038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>103</b>
A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A VOZ DAS DIRETORAS	
Luciano Luz Gonzaga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7242110039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
A TRAJETÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC À LUZ DA DEMANDA DE VAGAS	
Rosane da Silva França Lubaszewski Cavasin	
Rose Antonietti Gomes Almeida	
Sílvia Fernanda Souza Dalla Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.72421100310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>126</b>
PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DO UDF: A FORMAÇÃO DO ESTUDANTE PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA E A ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	
Magali de Fátima Evangelista Machado	
Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.72421100311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>139</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR EM CRECHES NO BRASIL	
João Raimundo dos Santos Silva Júnior	
Clarilza Prado de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.72421100312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>152</b>
EDUCAÇÃO INFANTIL: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBSERVANDO A ROTINA EM UM CEMEI NO MUNICÍPIO DE GURUPI	
Tatiana de Melo da Silva Teodoro	
Maria Leci de Bessa Mattos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.72421100313</b>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>162</b>
<b>O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO DOCENTE</b> <i>Antonio Silva Galeno Junior</i> <b>DOI 10.22533/at.ed.72421100314</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>172</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>173</b>

# CAPÍTULO 4

## A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

*Data de aceite: 01/03/2021*

### **Rayane Maria dos Santos**

Faculdade Pio Décimo de Canindé do São Francisco (FAPIDE)  
Canindé do São Francisco-SE

### **Maria Lenilda Caetano França**

Faculdade Pio Décimo de Canindé do São Francisco (FAPIDE)  
Canindé do São Francisco-SE

**RESUMO:** A ludicidade está presente na Educação Infantil por meio de jogos, brincadeiras, músicas, contação de histórias, teatro, entre outras ferramentas intencionais para a aprendizagem da criança e a mesma foi se modificando e se modernizando por meio dos documentos orientadores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, objetivamos analisar a inserção da ludicidade na Educação Infantil em tais documentos. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa com abordagem documental e bibliográfica. Na abordagem documental, a pesquisa desenvolveu-se a partir da legislação e dos documentos de âmbito nacional que tratam sobre a educação básica no país, tendo como foco a Educação Infantil. Já para a pesquisa bibliográfica, fontes como artigos científicos,

trabalhos de conclusões de curso, livros, entre outros que podem ser acessados pela internet foram selecionados. Após a finalização deste estudo, é possível considerarmos que a ludicidade está inserida nesses documentos, clarificando que as experiências com o seu uso tornem o cotidiano escolar mais prazeroso, ao mesmo tempo em que orienta os educadores a desenvolverem práticas pedagógicas eficazes para dar fulcro à necessidade das crianças.

**PALAVRAS - CHAVE:** Educação Infantil. Ludicidade. Documentos orientadores.

### **CHILDHOOD EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE GUIDING DOCUMENTS**

**ABSTRACT:** Playfulness is present in Early Childhood Education through games, games, music, storytelling, theater, among other intentional tools for the child's learning and it has been modified and modernized through guiding documents, such as National Education Guidelines and Bases Law (LDBEN), National Curriculum Reference for Early Childhood Education (RCNEI), National Curricular Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI) and the Common National Curricular Base (BNCC). In this sense, we aim to analyze the inclusion of playfulness in Early Childhood Education in such documents. For this, we conducted a qualitative research with a documentary and bibliographic approach. In the documentary approach, the research was developed based on legislation and documents of national scope that deal with basic education in the country, focusing on Early Childhood Education. For bibliographic research, sources such as scientific articles, course conclusion



works, books, among others that can be accessed through the internet were selected. After the completion of this study, it is possible to consider that playfulness is inserted in these documents, clarifying that experiences with its use make school daily life more pleasurable, at the same time that it guides educators to develop effective pedagogical practices to give focus to the needs of children.

**KEYWORDS:** Early Childhood Education. Playfulness. Guiding documents.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Educação da infância foi considerada por muito tempo uma incumbência somente da família ou do grupo social em que a criança estava inserida, de acordo com Ciriaco e Roman (2016, p. 137), “registros apontam que o cuidado e a educação dos filhos era dever unicamente das famílias, que com o convívio adulto tinham que inserir seus filhos na cultura em que viviam, era essa a forma de aprendizado da criança”. Ao decorrer dos anos e com o progresso da educação, o assunto é cada vez mais explorado, levando em consideração o universo infantil, que tem a ludicidade como elemento fundamental permeando a Educação Infantil para a aprendizagem e desenvolvimento da criança. Segundo Ribeiro (2013), o lúdico é parte integrante do mundo infantil da vida de todo ser humano. O olhar sobre o lúdico não deve ser visto apenas como diversão, mas sim, de grande importância no processo de experiências na fase da infância.

Procedendo-se desse pressuposto, desenvolvemos o estudo denominado Ludicidade na Educação Infantil: uma análise dos documentos orientadores, conseguinte de abordagem bibliográfica e documental, de caráter descritivo e pesquisa qualitativa quanto à discussão do tema em pauta. Os documentos analisados são: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) de 1998, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) de 2010 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018.

O termo ludicidade é utilizado e debatido por diversas pessoas, entre elas, autores e professores que conhecem a importância da utilização do lúdico na realidade escolar. As brincadeiras na Educação Infantil são atividades lúdicas de caráter livre, sendo então, um momento privilegiado não somente pelas crianças, mas também pelos educadores. O lúdico, por ser um recurso didático dinâmico, acaba sendo importante na Educação Infantil, visto que garante resultados eficazes, porém, deve existir um cuidado e um planejamento coerente.

O lúdico é um tema complexo, logo, é preciso elaborar as diversas áreas do conhecimento, a fim de se estruturar estudos de cada um dos componentes desse processo que faça a união entre a teoria e a prática. Neste sentido, é fundamental analisar e conhecer as contribuições teóricas que influenciaram o processo de ensino-aprendizagem e experiências por meio da ludicidade. Nesse seguimento, o principal objetivo desse trabalho é analisar a inserção da ludicidade na Educação Infantil nos documentos que

orientam esse nível de ensino, tendo como objetivos específicos: descrever a ludicidade na LDB de 1996, RCNEI de 1998, DCNEI de 2010 e BNCC de 2018; construir uma linha do tempo concernente a ludicidade nos documentos orientadores da Educação Infantil, verificando se houve avanços entre esses documentos; retratar a relevância da ludicidade para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

É nítida a relevância da Educação Infantil, no momento em que evidencia que a criança se desenvolve por meio de interações e socializações no contexto onde está inserida. No que diz respeito ao âmbito científico, esse estudo propõe um aprofundamento sobre o tema, podendo, assim, partir de uma visão diversificada a qual não somente a criança está inserida, mas a sociedade como um todo, reconhecendo isso e também percebendo os avanços contidos nos documentos averiguados.

A ludicidade está presente na Educação Infantil por meio de jogos, brincadeiras, músicas, contação de histórias, teatro, entre outras ferramentas intencionais para a aprendizagem da criança e essa ludicidade foi se modificando e se modernizando aos poucos por meio dos documentos orientadores já citados. Através desses documentos, é possível observar o trajeto percorrido para que a criança pudesse ser percebida como o centro do processo de ensino-aprendizagem. Para que a ludicidade evolua efetivamente na educação, é necessário refletir acerca de sua importância no processo de ensinar e aprender. É sabido que o lúdico é fundamental na formação integral da criança, logo, surge a seguinte problemática: Qual a importância das atividades lúdicas na Educação Infantil? Em que medida a ludicidade está inserida nos documentos orientadores?

Alicerçado o problema de pesquisa, partimos das seguintes hipóteses que conduzirão a pesquisa: as atividades lúdicas, por tornarem as experiências cotidianas dinâmicas e interessantes, fazem com que as crianças sejam envolvidas e motivadas ao desenrolar das atividades propostas, pois levam em consideração a realidade da criança. Diante disso, é possível perceber a importância de tais atividades, considerando o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Os documentos orientadores analisados mostram que a Educação Infantil é uma etapa importante para a criança pequena, atentando que a ludicidade está inserida nesses documentos justamente para que as experiências atendam sua realidade, tornando o cotidiano escolar mais prazeroso ao mesmo tempo que orienta os educadores a desenvolverem práticas pedagógicas eficazes para dar fulcro à necessidade das crianças.

## **2 | LINHA DO TEMPO DA LUDICIDADE NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES**

Partindo das leituras, aprofundamentos teóricos e análise dos documentos que orientam o trabalho com crianças da Educação Infantil, há a necessidade de traçarmos uma linha do tempo, clara e concisa para usufruir de um entendimento amplo dos avanços ocorridos oriundos dos documentos desde a Constituição de 1988 até a BNCC de 2018,

levando em consideração a contemplação da ludicidade dentro de tais documentos, que asseguram que o brincar esteja atrelado ao desenvolvimento da criança na Educação Infantil.

Brincar é sinônimo de aprender, logo, esses momentos de brincadeira geram um espaço para pensar, satisfazer desejos pessoais e desenvolver habilidades. Porém, é necessário entender que as brincadeiras devem ser pensadas e planejadas, levando a um resultado muito mais satisfatório, como assinala Almeida (2003):

O sentido real, verdadeiro, funcional da educação lúdica estará garantindo se o educador estiver preparado para realizá-lo. Nada será feito se ele não tiver um profundo conhecimento sobre os fundamentos essenciais da educação lúdica, condições suficientes para socializar o conhecimento e predisposição para levar isso adiante (ALMEIDA, 2003, p. 63).

Pertinente a isso, alguns dos documentos a seguir são voltados para que o educador, possa utilizá-los para se orientar didaticamente em relação aos objetivos, servindo de base para o seu planejamento educacional, considerando a infância e a maneira que a criança aprende, por meio de brincadeiras e interações e também para analisar como foi se constituindo a Educação Infantil, a importância que se deu a essas crianças por meio de cada lei e documento vigente.

Partindo da CF/1988, o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade tornou-se dever do Estado e direito da criança e da família. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte a primeira etapa da educação básica, estando no mesmo patamar que o ensino fundamental e médio. A partir de uma modificação em 2006 é antecipado o acesso ao ensino fundamental para os 6 anos de idade, com isso, a Educação Infantil passa a atender crianças de 0 a 5 anos de idade (TREVISAN, 2019).

Trvisan (2019) relata que o RCNEI de 1998, apesar de apresentar um avanço para a época, era uma orientação de conteúdos e objetivos de aprendizagem, não fazendo a criança e a sua identidade foco principal, o qual permeava o desenvolvimento integral da criança que era vista, por meio desse referencial, como alguém que corresponde aos estímulos dados pelos adultos, no caso da educação, pelos professores.

Ainda de acordo com a referida autora, as DCNEI mostram um avanço na direção de colocar a criança em foco e serviram como fundamentação teórica para a BNCC. Nas DCNEI, a atenção já estava voltada para a criança, tendo-a como centro do processo de aprendizado e o documento reforça a importância do acesso ao conhecimento cultural e científico, preservando o modo que a criança se situa no mundo. O foco dessas diretrizes está nas interações e brincadeiras como eixos estruturantes da Educação Infantil. O marco conceitual da relação indissociável entre o cuidar e o educar das DCNEI é algo reforçado pela BNCC (TREVISAN, 2019).

A BNCC reforça a visão da **criança como protagonista** em todos os contextos que

faz parte, pois interage, cria e modifica a cultura e a sociedade, logo, seu protagonismo é notado (TREVISAN, 2019, p. 1, grifo nosso).



Figura 1 – Exposição dos documentos orientadores analisados.

Fonte: Autoria própria (2020)

A figura mostra o acompanhamento em ordem crescente dos documentos orientadores analisados e citados em todo o texto, desde o mais antigo – Constituição Federal, até a BNCC que é mais recente. Com a figura em questão, é possível visualizar os documentos e o ano de promulgação de cada um. Desse modo, partimos para analisar como a ludicidade está situada em tais documentos.

### 3 | ANÁLISE DA LUDICIDADE NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES

É possível afirmar que muitos autores se inspiram em documentos para fazer suas pesquisas e não é diferente no âmbito educacional, visto que os documentos orientadores servem para embasar e fundamentar pesquisas científicas diversas, tanto por autores renomados como também por estudantes que analisam e utilizam tais documentos para que consigam fazer um trabalho efetivo e com fundamentações teóricas válidas no intuito de chegar a resultados satisfatórios. A partir dos documentos orientadores, alguns autores começaram a estudar o lúdico como peça importante para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil, sendo fundamental considerá-los como indispensáveis aos anseios de uma sociedade, a qual necessita compreender as necessidades das crianças, para atendê-las em suas especificidades.

No entendimento atual, na perspectiva das leis vigentes, partindo da Constituição Federal, a criança deve ser considerada um sujeito social, com direitos e que produz

cultura. No entanto, deve-se entender que, no decurso da história, as crianças receberam diferentes conceituações, dependendo dos diferentes significados que lhes foram dados, entre os quais foram cedidos consoante com a relação entre os adultos e elas (DE PONTES et al., 2017).

Ainda na perspectiva da definição de criança, Kramer (2006) afirma que entender a criança como cidadã, detentora de direitos e que produz cultura, favorece entendê-las e ver o mundo de acordo com o seu ponto de vista. O viés defendido por Kramer (2006) é encontrado no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil ao declarar, como foi colocado anteriormente, que além de a criança ser um sujeito histórico de direitos e deveres, é ainda o centro do planejamento docente no prisma da Educação Infantil (BRASIL, 1998).

Hoje, a imagem da infância é enriquecida, também, com o auxílio de concepções psicológicas e pedagógicas, que reconhecem o papel do brincar, da brincadeira, como fator que contribui para o desenvolvimento e para a construção do conhecimento infantil (KISHIMOTO, 1994, p. 111).

Considerando a definição da criança e de sua infância, e ainda a modernização da sociedade que acontece constantemente, é possível perceber que tais definições vão mudando e se transformando ao longo dos tempos. Antigamente, a infância da criança pequena não era considerada, mas na atualidade é possível perceber que há um processo de efetivação da infância, de assegurar que a criança seja respeitada e tenha seus direitos garantidos nos diversos setores sociais. A educação é um desses setores que precisa tratar a criança como um sujeito que brinca e tem sua aprendizagem através dessas brincadeiras. As atividades lúdicas devem estar presentes na Educação Infantil, não para ocupar tempo, mas para que a criança desenvolva sua intelectualidade, autoconfiança, curiosidade, raciocínio e outros tantos benefícios para conhecer a si mesma e aos outros.

O brincar auxilia no desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. Por essa razão é importante que pais e educadores saibam que a ludicidade deve ser vivenciada na infância, e que o brincar faz parte de uma aprendizagem prazerosa (LORO, 2015, p. 11).

Muitos profissionais da área educacional utilizam a ludicidade como um recurso didático, pois recursos desse nível auxiliam nas experiências da criança. É primordial que os adultos não tratem os jogos e brincadeiras como certos passatempos ou como coisas superficiais, pois são recursos importantes e devem ser levados a sério, principalmente por parte dos educadores que trabalham diariamente. Santos (2008), afirma que quanto mais os adultos interagem com as crianças, maiores serão as oportunidades desenvolvimento. Diante disso, é essencial que o professor reflita no tocante a relevância do lúdico para as crianças no seu desenvolvimento, amadurecimento e vida social ativa. Almeida (2003) ressalta que:

A educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integrando-se ao mais alto espírito democrático enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio (ALMEIDA, 2003, p. 41).

O processo educativo no desenvolvimento infantil requer uma grande atenção, visto que, trabalhar com crianças não é uma ocupação simples, pois requer entrega do educador devido aos cuidados que as crianças devem ter. O RCNEI declara que educar significa cuidar, brincar e aprender mediante situações que devem ser orientadas de maneira integral, ajudando a criança a desenvolver capacidades de relações interpessoais sendo e estando com o outro (BRASIL, 1998). Tratando-se das especificidades da infância, Kramer (2006), remete que o poder de imaginação, fantasia, criação e brincadeiras são coisas específicas da infância entendida como experiências de culturas.

É importante ressaltar que a ludicidade não se limita a jogos, brincadeiras e brinquedos, estando relacionada a todas as atividades livres, prazerosas e lúdicas, podendo ser realizadas em grupos ou individualmente (SILVA, 2019). Outros meios de estar conectado ao universo lúdico de modo geral, é através de músicas, filmes, teatros, ou seja, tudo aquilo que desperta a vontade e interesse da participação nessas atividades, sejam elas intencionais ou não. Nos espaços escolares, o educador não deve medir esforços para inserir as crianças em atividades divertidas, com isso as DCNEI ditam práticas pedagógicas fundamentais a serem empregadas pelos professores, onde os mesmos “promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura” (BRASIL, 2010, p. 26).

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação (BRASIL, 1998, p. 22).

À vista disso, nas instituições infantis, as propostas pedagógicas carecem inserir a ludicidade em suas práticas educativas, fomentando oportunidades uniformes para as crianças, independente das suas diferenças (LUCENA, 2016). Nesse sentido, a criança deve estar em um ambiente onde possa socializar e aprender com outras crianças ou até mesmo com adultos, levando em conta a qualidade da educação a ela ofertada.

O ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista das possibilidades de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distintas (BRASIL, 1998, p. 13).

A prática educativa lúdica é um instrumento que facilita a aprendizagem na Educação Infantil e a relevância de adquirir e desenvolver outras formas de experiências, persistindo em mudanças metodológicas da Educação Infantil como sendo uma atitude crucial para que as crianças não somente aprendam, mas tenham prazer ao aprender, por intermédio de atividades que façam parte da sua realidade cotidiana, como brincadeiras, jogos e diversos outros recursos que o educador pode se aprofundar e colocar em prática nas experiências cotidianas, tornando-as dinâmicas e divertidas, e ainda cedendo oportunidades para que as crianças convivam com as outras, adquirindo conhecimentos distintos com esse convívio constante.

Para as crianças, atividades lúdicas, prioritariamente como brincadeiras, acabam proporcionando um estado de prazer, o que as leva a descontração e isso finda dispondo com que a criatividade se desenvolva nos pequenos, facilitando a aprendizagem (SILVA, 2019). Nas escolas, é perceptível que os educandos estão em constante contato com os demais, baseado nisso, o RCNEI alude que eles precisam aprender com os outros por meio desses vínculos, os quais são estabelecidos nos ambientes educacionais (BRASIL, 1998). Na Educação Infantil, as crianças ao se relacionarem com o mundo e com as pessoas que vivem ao mesmo tempo em que interagem com o meio ambiente, acabam desenvolvendo seus conhecimentos, sendo então, sujeitos ativos participantes do seu próprio processo de aprendizagem em diferentes linguagens e vivências, “[...] a interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 2018, p. 35).

Ainda nesse segmento, as DCNEI mencionam que as interações e as brincadeiras são experiências as quais as crianças conseguem acumular e aplicar variados conhecimentos por intermédio das interações com seus colegas, o que é proficiente para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2010). Destarte, a Educação Infantil tem de incrementar experiências, onde as crianças possam realizar observações à medida que manipulam e investigam determinados objetos, buscando respostas para as suas curiosidades (BRASIL, 2018). Nesse momento, a criança passa a dar significados diferentes aos objetos e/ou brinquedos, em que um simples objeto passa a ter um sentido maior para a criança.

A ludicidade é uma estratégia de grande importância para o desenvolvimento infantil, pois quando se desenvolve o lúdico no contexto escolar, a criança não se sente pressionada ao realizar as atividades, pois a realidade dela faz parte do que a ludicidade defende que são brincadeiras, jogos, entre outras características já vistas. Portanto, a criança não se sente forçada a aprender quando aprende brincando, devido ao prazer que as brincadeiras e os jogos educativos a proporcionam (SALES, 2020).

O RCNEI se constitui como parâmetro não obrigatório que os professores podem usar como orientações para a criação de seus planejamentos. O referencial aponta metas de qualidade para que as crianças possam ter o desenvolvimento integral de suas identidades, crescendo como “cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos” (BRASIL, 1998, não



paginado). No seguimento do lúdico, esse documento dita que as crianças têm o brincar como direito, pois, é uma “[...] forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil” (BRASIL, 1998, p. 13). Em outras palavras, a característica lúdica destacada nesse parágrafo, apesar de não ter caráter de lei, deve ser reconhecida pelos educadores para assim ofertar às crianças da Educação Infantil, visando o desenvolvimento gradativo das mesmas e, respeitando suas particularidades e maneiras de enxergar-se e estarem inseridas no mundo.

As DCNEI avançam ainda mais nesse contexto, pois não são parâmetros como o RCNEI, são diretrizes, isto é, precisam ser colocadas em prática por terem caráter de lei. Corroborando com o RCNEI, as diretrizes definem a criança como sujeito histórico e de direitos, que interage e se relaciona com os outros em seu cotidiano, brincando, experimentando, observando e assim, construindo sua identidade pessoal e coletiva (BRASIL, 2010, p. 12). É nessa perspectiva de interações e brincadeiras que a criança se desenvolve por meio da ludicidade, estando inserida no mundo infantil. A utilização do lúdico nas práticas curriculares da Educação Infantil é uma maneira de estimular a criança a aprender de forma atrativa e prazerosa, favorecendo a construção de sua identidade e autonomia (LUCENA, 2016). O brincar é importantíssimo para os centros de Educação Infantil e isso pode ser facilmente visto nos documentos.

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas das DCNEI são as interações e as brincadeiras, com as quais a criança, a partir das experiências, pode construir e se apropriar de conhecimentos variados. Corroborando com essa perspectiva, a BNCC relata que “a interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 2018, p. 34). Na BNCC, a Educação Infantil é um campo que possui singularidades, dessa forma, acaba se diferenciando dos demais níveis educativos. À vista disso, a base afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral, visando à formação e o desenvolvimento humano global, assumindo ainda uma visão plural, singular e integral da criança nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, 2018).

É imprescindível que as condições de aprendizagem sejam propiciadas às crianças, possibilitando entendimentos vinculados às práticas educativas vivenciadas no cotidiano das mesmas. Destarte, o lúdico pode ser empregado como estratégia de desenvolvimento, experiências e aprendizagem, devendo ser conduzido pelos educadores de forma responsável, interessante e desafiadora para as crianças, favorecendo a interação e a socialização no processo de autonomia e formação da identidade das crianças, tornando-as então, construtoras do próprio saber.

## **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O vigente estudo foi realizado com o intuito de entender qual a importância das

atividades lúdicas na Educação Infantil e em que medida a ludicidade está inserida nos documentos orientadores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular.

Na abordagem sobre o direito à educação na legislação brasileira é possível traçar um percurso desde a constituição de 1824, até a atual, de 1988. Em 1824, a educação não era garantida a todos os cidadãos brasileiros, visto que os negros e os escravos eram excluídos dessa garantia de direitos, pois não eram considerados cidadãos naquela época. Mais adiante, em 1891, falando em educação, a constituição desse ano permitia que os Estados e a União pudessem criar e manter instituições de ensino superiores e secundários, dessa forma, em relação à Educação Infantil, não havia uma preocupação específica para esse nível que é tão importante. Já a constituição de 1934, se torna a primeira a dedicar um título à família, à educação e à cultura, apresentando dispositivos que pudessem organizar a educação nacional, traçando diretrizes para esse propósito. Esperava-se que com o passar do tempo as condições educacionais melhorassem, porém, em 1937 não é registrada uma preocupação maior com o ensino público e nem acontecem muitas inovações, apenas em 1946 que prevalece a ideia da educação pública, definindo novamente a educação como direito de todos. Nessa perspectiva, a constituição de 1964 mantém os princípios gerais da educação como direito de todos, inaugurando regime de bolsas de estudos em redes privadas.

Após muitos anos de história do Brasil e de constituições passadas, fica claro que a criança não possuía direito a uma educação escolar na infância, mas comparando-as com documentos vigentes, o cenário é totalmente outro, a partir da valorização e preocupação para atender as especificidades da criança e os seus direitos, principalmente os educacionais.

A presente constituição de 1988 reconhece os direitos sociais da população, nesse caso, a educação. O Estado deve garantir o ensino de qualidade para todos, inclusive, para a Educação Infantil, que é levada em consideração nessa constituição. As instituições que atendem as crianças pequenas são conhecidas como creches e pré-escolas. Antigamente as creches eram direcionadas para as mães trabalhadoras, que não podiam cuidar dos seus filhos no período em que estavam no trabalho, porém, com o passar dos anos e o olhar atento para as especificidades da criança, a creche deixa de ser um direito do adulto e passa a ser direito da criança, o que se torna algo muito justo, já que a educação estará envolvida nesse processo e não somente o cuidado, mas ambos intrinsecamente ligados.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica como a LDB define, ao garantir o direito à educação, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança por meio da complementação da família e da sociedade, fazendo com que as dimensões cuidar e o educar tenham o brincar como processo de suporte, inserindo o lúdico nessa perspectiva através das brincadeiras ocorridas tanto em casa como na escola.

O RCNEI, apesar de não ser uma lei, reforça a importância da Educação Infantil estabelecendo propostas educacionais para os educadores e também algumas concepções sobre criança, educar, cuidar, brincar, oferecendo dessa maneira, condições para que o desenvolvimento e a aprendizagem ocorram por meio de brincadeiras e experiências intencionais e prazerosas que façam parte da realidade da criança, nesse sentido, são através das brincadeiras que a criança constrói seus conhecimentos e interage com os outros.

É pertinente ressaltar que as DCNEI partem de uma mesma perspectiva da LDB, retratando o cuidado como algo indissociável do processo educativo, sendo, então, direito da criança. As interações e as brincadeiras trazidas por essas diretrizes são consideradas como elementos formativos, isto é, uma maneira de desenvolver a aprendizagem das crianças por meio da ludicidade, ressignificando as vivências na Educação Infantil, tal como os eixos norteadores encontrados nesse documento garantem.

ABNCC clarifica que as instituições educacionais necessitam promover experiências, ambientes e condições lúdicas para que as crianças aprendam de modo diversificado, assim como seu tempo e sua singularidade sejam respeitados. Definidos os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, como conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, é propenso momento de atentar-se para os mesmos e segui-los, facilitando o processo educativo.

Traçando a linha do tempo da ludicidade nos documentos orientadores, percebeu-se a diferenciação dos mesmos em relação à criança e à Educação Infantil. A CF/1988 torna dever de o Estado oferecer uma educação de qualidade para todos, pois faz parte dos direitos adquiridos conforme a lei. Já a LDB faz com que o nível de ensino citado faça parte da educação básica, sendo sua primeira etapa. O RCNEI avança um pouco ao considerar o desenvolvimento integral da criança, pois isso é visto nos documentos anteriores e posteriores, mas não faz da criança o seu foco principal. Nessa perspectiva as DCNEI avançam e colocam a criança, as interações e as brincadeiras como foco principal do documento, servindo até como suporte teórico para a construção da BNCC que coloca a criança como protagonista do seu próprio aprendizado, criando e modificando a sociedade em que se insere.

A educação necessita tratar a criança como sujeito que brinca e tem sua aprendizagem por meio de brincadeiras e atividades lúdicas, é válido compreender que essas atividades não oferecem apenas divertimento, mas acabam desenvolvendo na criança a intelectualidade, autoconfiança, curiosidade e tantos outros benefícios em prol do seu desenvolvimento, porém, o educador necessita considerar a importância de se trabalhar dessa maneira específica, de forma consciente e intencional, e não como passatempos.

A partir das ideias discutidas, é perceptível a importância de trabalhar o lúdico em espaços escolares, uma vez que através dele, a criança se desenvolve, cria e se prepara para o mundo. Usar a ludicidade em ambientes escolares é o mesmo que proporcionar

a construção de uma aprendizagem significativa, onde as crianças possam interagir de forma divertida, prazerosa, mais contextualizada, na qual as atividades lúdicas como jogos, brincadeiras, músicas, contação de histórias, entre outras, contribuam significativamente na formação do indivíduo, bem como na construção do saber.

O lúdico fomenta na Educação Infantil práticas educacionais aliadas aos jogos, brincadeiras e outras diversas atividades lúdicas, sendo, dessa maneira, fundamental para o aprendizado e desenvolvimento das crianças nessa categoria, pois aprendem brincando, assim, a aprendizagem ocorre de forma significativa e prazerosa, proporcionando um estudo sem cobranças, mas com intencionalidade. É oportuno sublinhar que os documentos orientadores defendem esse pensamento, por meio de leis, referenciais e diretrizes.

Destarte, consideramos que o lúdico é uma ferramenta motivadora e eficiente no processo de desenvolvimento da criança, desde que seja trabalhado com planejamento, seguindo a clareza dos referidos documentos que inserem a ludicidade em seus posicionamentos. Essa prática permite a interação, estimula a vivência e compartilhamento de realidades distintas, sendo adquiridas habilidades e competências fundamentais para a criança.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf). Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Imperio do Brazil de 1824**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.274, 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm). Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil**. Secretária de Educação Básica: MEC, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 25 ago. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1983.

CIRÍACO, K. T.; ROMAN, J. M. A visão da família sobre o papel da educação infantil. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 13, 2016.

DE PONTES, J. A. et al. Ressignificando os conceitos de criança e infância. **Revista Amazônica**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, v. 2, n.1, 2017.

GAMBOA, S. A. S. **Pesquisa qualitativa**: superando tecnicismos e falsos dualismos. Revista Contrapontos, v. 3, n. 3, 2003.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, 2006.

LORO, A. R. **A importância do brincar na educação infantil**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). 2015.

LUCENA, M. D. **Importância do lúdico na Educação Infantil**. 2016. 23 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia a Distância), Centro de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

RIBEIRO, S. S. **A importância do Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância**. 2013. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SALES, N. S. **A ludicidade na educação infantil**: A influência do lúdico na aprendizagem. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SANTOS, C. R. **Direto à educação**: a LDB de A a Z. São Paulo: Avercamp, 2008.

SILVA, A. T. **Ludicidade na Educação**: a importância do brincar. 2019. 24 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia – Anhanguera, Itapeperica da Serra, 2019.

TREVISAN, R. O que diferencia a BNCC para a educação infantil do DCNEI e do RCNEI? **Nova Escola**, 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acolhimento 6, 28, 54, 82

Aprendizagem 7, 6, 8, 14, 27, 28, 32, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 57, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 90, 92, 105, 109, 115, 125, 132, 133, 135, 147, 153, 154, 155, 156, 159, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170

### B

Base Nacional Comum Curricular 22, 25, 27, 35, 37, 38, 46, 49, 104, 140, 149, 152, 155, 160

Bebês 5, 6, 1, 3, 4, 6, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 54, 55, 104, 115, 138, 139, 140, 142, 144, 145

Berçário 1, 2, 4, 11, 13, 15, 24, 25, 28, 29, 30, 33, 121

Brincadeiras 2, 4, 5, 6, 8, 10, 14, 15, 16, 20, 29, 31, 34, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 61, 62, 63, 65, 66, 78, 83, 90, 154, 155, 156

Brincar 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 27, 28, 31, 33, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 60, 61, 62, 63, 64, 75, 82

### C

Centro de Educação Infantil 1, 2, 90

Competência Leitora 7, 90

Creche 5, 14, 16, 22, 24, 26, 32, 36, 46, 55, 68, 113, 115, 116, 117, 118, 138, 140, 142, 145, 148

Crianças Pequenas 11, 14, 15, 28, 29, 32, 46, 52, 56, 66, 98, 113, 115

Cuidar 5, 15, 31, 40, 43, 46, 47, 55, 139

Currículo 5, 2, 3, 8, 12, 14, 20, 21, 22, 26, 32, 36, 99, 102, 152, 162, 167, 168

### D

Demanda de vagas 7, 112, 114, 123

Desenho Infantil 71, 74

Desenvolvimento Cognitivo 6, 69, 70, 71, 74, 77, 83, 100

Desenvolvimento Integral 21, 35, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 52, 56, 65, 160

Direito à educação 46, 57, 67, 116

Direitos das crianças 25, 56

Documentação Pedagógica 3, 4, 21



## E

Educação de Qualidade 25, 47, 110, 134

Educação Infantil 5, 7, 1, 2, 3, 12, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 98, 100, 102, 103, 105, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 159, 160, 171

Educadores 5, 1, 25, 37, 38, 39, 42, 45, 47, 53, 54, 61, 62, 65, 71, 74, 79, 97, 98, 140, 141, 142, 147, 166

Educar e Cuidar 5

Ensino e Aprendizagem 7, 81, 84, 90

Escuta 5, 3, 4, 15, 79, 84, 85, 90, 92, 97

Estágio curricular supervisionado 127

## F

Fazer Pedagógico 4, 112, 123

Formação de leitores 81, 82, 86, 88

Formação de professores 7, 22, 69, 127, 128, 135, 136, 137, 138, 146, 147, 148, 150, 153, 168, 170

## H

Higienização 153, 156, 160

## I

Inclusão 112, 123, 132, 134, 140, 169

Infância 5, 7, 1, 11, 12, 14, 21, 22, 23, 25, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 54, 61, 63, 66, 68, 75, 79, 82, 86, 90, 91, 94, 97, 101, 113, 116, 122, 124, 139, 153, 155, 156, 160, 171

Interação escola-família 110

Interações 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 26, 27, 39, 40, 44, 45, 47, 57, 60, 84, 151, 152, 154, 156

## L

Literatura Infantil 7, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102

Ludicidade 5, 6, 22, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 88, 90

## **M**

Múltiplas Linguagens 14, 21, 22, 36

## **O**

Organização de tempos, espaços e materiais 5, 21

## **P**

Participação 1, 4, 11, 43, 54, 81, 87, 88, 103, 105, 107, 108, 109, 129, 130, 131, 133, 146, 155, 164

Planejamento 5, 6, 4, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 40, 42, 48, 63, 92, 107, 111, 112, 122, 123, 133, 134, 144, 151, 155, 159

Políticas educacionais 49

Políticas Públicas 5, 7, 24, 25, 35, 55, 57, 88, 114, 119, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Prática Pedagógica 21, 159, 163, 164

Pré- Escola 88

Primeira Infância 7, 90

Professores 5, 7, 3, 4, 14, 22, 26, 27, 28, 35, 38, 40, 43, 44, 65, 69, 73, 83, 84, 86, 88, 112, 119, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 156, 157, 159, 164, 167, 168, 170, 171

Projetos Pedagógicos 1

## **Q**

Qualidade da educação 43, 122, 123

Qualificação Docente 138, 139, 140, 142, 143, 146, 148

## **R**

Residência Pedagógica 7, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 147

Rotina 5, 6, 7, 4, 11, 24, 25, 28, 29, 30, 33, 34, 66, 83, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 159

## **T**

Teoria e Prática 7, 14, 102, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 170

Atena  
Editora  
Ano 2021



# Educação Infantil:

Políticas, Práticas e Formação de Professoras (es)

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



Atena  
Editora  
Ano 2021



# Educação Infantil:

Políticas, Práticas e Formação de Professoras (es)

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

